



Aspectos sobre o assédio sofrido por jornalistas negras de São Luís e Imperatriz¹

Aspects of the harassment suffered by black journalists in São Luís and Imperatriz

***Leila Lima de Sousa²**

Universidade Federal do Maranhão – Imperatriz/Maranhão
sousa.leila@ufma.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2335-0858>

***Ana Maria Conceição do Nascimento³**

Universidade Federal do Maranhão – Imperatriz/Maranhão
ana.mcn@discente.ufma.br

 <https://orcid.org/0009-0004-9266-2817>

***Renata Evellyn de Lima Rodrigues⁴**

Universidade Federal do Maranhão – Imperatriz/Maranhão
renata.evellyn@discente.ufma.br

 <https://orcid.org/0009-0003-1825-8616>

RESUMO: Neste texto refletimos sobre o assédio vivenciado por jornalistas negras de São Luís e Imperatriz, no estado do Maranhão. O objetivo é investigar as assimetrias de gênero e raça, entraves, estratégias de sobrevivência e táticas de enfrentamento ao racismo e sexismo no mercado local. Aspectos sobre o assédio moral, verbal e sexual são apontados pelas profissionais na etapa metodológica correspondente à etapa de entrevistas semiestruturadas. Nove jornalistas participaram das entrevistas pelo Google Meet, entre os anos de 2022 e 2023. Os resultados apontam que há recorrência de assédio dentro e fora do ambiente de trabalho que parte, majoritariamente, de chefes, colegas de trabalho e fontes. Para driblar e se blindar das violências operadas pelo mercado por meio de práticas racistas e machistas, as jornalistas constroem estratégias e táticas como trabalhar em empresas próprias, se profissionalizar em áreas ainda não tão saturadas e a construção de pautas e agendas com outras narrativas sobre a população negra.

Palavras-chave: Assédio. Maranhão. Mulheres jornalistas. Raça e Gênero.

ABSTRACT:

This article reflects on the harassment experienced by black journalists in São Luís and Imperatriz, in the state of Maranhão. The aim is to investigate gender and race asymmetries, obstacles, survival strategies and tactics for confronting racism and sexism in the local market. Aspects of moral, verbal and sexual harassment were

¹ Uma versão parcial deste Trabalho foi apresentada/publicada no 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom Nacional/2023.

² Doutora em Ciências da Comunicação/ Unisinos. Professora do curso de jornalismo e do PPGCOM/UFMA.

³ Graduanda em Jornalismo. Estudante e pesquisadora na Universidade Federal do Maranhão.

⁴ Graduanda em Jornalismo. Estudante e pesquisadora na Universidade Federal do Maranhão.



pointed out by the professionals in the methodological stage corresponding to the semi-structured interviews. Nine journalists took part in the interviews via Google Meet between 2022 and 2023. The results show that there is a recurrence of harassment inside and outside the workplace, mostly from bosses, coworkers and sources. In order to circumvent and shield themselves from the violence perpetrated by the market through racist and sexist practices, journalists build strategies and tactics such as working for their own companies, professionalizing themselves in areas that are not yet so saturated, and building agendas with other narratives about the black population.

Keywords: Women journalists. Harassment. Maranhão. Race and Gender.

Recebido em: 21/11/2024

Aprovado em: 17/12/2024

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar as assimetrias de raça e gênero no cotidiano das redações jornalísticas do estado do Maranhão. Neste texto trazemos reflexões sobre um elemento que foi recorrente nas entrevistas: a denúncia sobre assédio no ambiente de trabalho e fora dele. Dados da pesquisa nacional intitulada “Mulheres no Jornalismo Brasileiro”, realizada pela Abraji em parceria com a Gênero e Número (MAZOTTE; TOSTE, 2019), apontam que 73% das mulheres ouvidas afirmaram terem sido vítimas de comentários machistas e/ou piadas de cunho sexual. Também relatam que identificam o assédio moral especialmente nos processos de desautorização ou quando têm a sua competência questionada pela chefia ou colegas homens.

Ao todo, nove profissionais das duas cidades participaram das entrevistas virtuais realizadas através da plataforma *Google Meet* no período de abril a junho de 2023. O roteiro de entrevistas, semiestruturadas, foi dividido em três eixos fundamentais. São eles: 1. Informações pessoais: dados gerais da entrevistada; carga horária diária e semanal de trabalho; experiência no mercado. 2. Rotina de trabalho: funções já desenvolvidas; cargos ocupados; cotidiano na redação; avaliação sobre o mercado maranhense de jornalismo. 3. Percepções sobre raça e gênero: aspectos sobre dificuldades/entraves da profissão pelo fato de ser mulher; percepção sobre o espaço destinado às jornalistas negras; padrões estéticos; cargos de chefia; liberdade para discutir e pautar temas relacionados à raça e ao gênero no cotidiano da redação.

As entrevistas surgem como um suporte metodológico importante para que possamos compreender melhor alguns aspectos sobre as violências, o racismo, o



machismo, os códigos estéticos, entre outros temas que foram pontuadas pelas participantes nas respostas às perguntas abertas dos questionários (etapa 1 da pesquisa).

Seis das entrevistadas (66,67%) relatam receber baixa remuneração devido à dificuldade em encontrar empresas que paguem o piso salarial, levando muitas a buscar outras oportunidades de emprego. A carga horária excessiva é comum, o que se torna motivo para deixar a profissão. A pesquisa indica que as profissionais têm carreiras pouco duradouras e ocupam menos posições de liderança, com apenas três das entrevistadas (33%) já tendo ocupado cargos de chefia (SOUSA; SOUSA; NASCIMENTO, 2022). As que ocuparam enfrentaram desafios e questionamentos em suas posições de liderança, muitas vezes desautorizadas no exercício de suas funções.

No percurso de análise foi identificado, ainda, a dicotomia existente entre a presença significativa de mulheres jornalistas no mercado e a baixa representatividade nos cargos de liderança, com a maioria ocupada por homens brancos. Seis jornalistas relataram terem sofrido racismo, expressando a convicção de que o jornalismo contribui para perpetuar essa estrutura discriminatória. Além disso, cinco jornalistas negras revelaram terem sido vítimas de assédio, tanto verbal quanto moral, enfrentando desafios como pressão estética e limitações quanto ao tipo de roupa que podem usar no trabalho. E mais, grande parte das empresas e agências de comunicação não abordam as questões de raça e gênero no ambiente de trabalho jornalístico, perpetuando o machismo e o racismo. Isso contribui para a precarização do mercado de trabalho jornalístico no Maranhão, especialmente para as profissionais negras, afetando suas carreiras.

Na pesquisa realizada com as jornalistas das cidades de São Luís e Imperatriz, identificamos que o assédio parte majoritariamente de: 1. fontes; 2. colegas de trabalho e 3. chefes. Expressando-se de várias maneiras, a exemplo do assédio verbal - comentários e convites inapropriados - até o assédio moral, com desqualificação e questionamento da capacidade da jornalista. Nos próximos tópicos apontamos o detalhamento dos dados.

1. METODOLOGIA



No sentido de melhor responder aos problemas desta pesquisa que busca refletir sobre o assédio às jornalistas das cidades de São Luís e Imperatriz, realizamos dois movimentos metodológicos fundamentais: o primeiro deles, relacionado a um mapeamento sobre as pesquisas realizadas sobre o tema em bancos de dados de referência para a pesquisa acadêmica. A coleta de informações ocorreu entre os anos de 2022 e 2023.

A processualidade metodológica utilizada nessa etapa foi a "pesquisa da pesquisa" (BONIN, 2008). Segundo Bonin (2008) a "pesquisa da pesquisa" se constitui como uma mirada teórico-metodológica para investigar as produções no campo da comunicação, sobretudo pesquisas já realizadas sobre a temática, os objetos e o problema que nos propomos a investigar. Isso possibilita a percepção de avanços, lacunas, caminhos e trilhas a serem seguidos, reformulados ou reorganizados. Essa ação, segundo Bonin (2008, p. 123), permite avançar no que foi estudado "com e a partir" das pesquisas que tomaremos como base.

Nesta etapa, reunimos informações provenientes de publicações relacionadas ao assédio contra profissionais de Jornalismo, as quais estavam disponíveis nos periódicos vinculados a instituições acadêmicas listadas no quadro abaixo:

Quadro 1: bancos de dados pesquisados

Bancos de dados pesquisados
1. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), 3. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 4. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e a 5. Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Fonte: elaborado pelas autoras, 2024

Para tornar a busca por dados mais eficaz, usamos palavras-chave nos bancos de dados consultados, a exemplo:

Quadro 2: lista de palavras-chave utilizadas na busca dos artigos

Palavras-chave utilizadas na busca
jornalistas+assédio+mulheres; jornalistas+raça+mulheres; violência+jornalista; assédio+jornalismo+mulheres; assédio+jornalismo+mulheres; jornalistas+assédio+mulheres; jornalistas+raça+mulheres; violência+jornalista; jornalistas+negras+assédio; assédio+mulheres+redações; assédio+redações.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2024



No total, conseguimos localizar 18 artigos que apontaram alguns aspectos do assédio enfrentado por jornalistas. As temáticas perpassavam desde a feminização das redações até o assédio moral e sexual vivenciado no campo do jornalismo.

Como resultados deste levantamento, observamos a necessidade de fomentar uma investigação mais aprofundada no âmbito acadêmico sobre a questão do assédio, visando obter uma compreensão macro deste problema por meio de dados mais substanciais. Uma das complexidades enfrentadas durante esse processo foi a organização dos dados provenientes das diversas fontes, o que, por sua vez, afeta a capacidade de realizar um mapeamento preciso da temática estudada.

O segundo movimento metodológico foi baseado na realização de entrevistas com as profissionais das duas cidades. Um total de 9 profissionais (6 de Imperatriz e 3 de São Luís) fizeram parte desta etapa. A partir das entrevistas semiestruturadas (DUARTE, 2006) do panorama do mercado jornalístico no Maranhão, descobriu-se que a maioria das jornalistas atua fora da mídia tradicional, com cinco trabalhando em assessoria de imprensa (56%), duas como *social media* (22%), uma na publicidade (11%) e uma com agência própria (11%). As entrevistas revelaram pressões estéticas, especialmente para funções relacionadas à imagem, com relatos de discriminação baseada na aparência. Algumas jornalistas ainda revelam que enfrentam pedidos para se encaixarem em padrões estéticos específicos, afetando suas oportunidades profissionais.

Seis das entrevistadas (66,67%) relatam receber baixa remuneração devido à dificuldade em encontrar empresas que paguem o piso salarial, levando muitas a buscar outras oportunidades de emprego. A carga horária excessiva é comum, o que se torna motivo para deixar a profissão. A pesquisa indica que essas profissionais têm carreiras pouco duradouras e ocupam menos posições de liderança, com apenas três das entrevistadas (33%) já tendo ocupado cargos de chefia. As que ocuparam enfrentaram desafios e questionamentos em suas posições de liderança, muitas vezes desautorizadas no exercício de suas funções.

Embora haja presença significativa de mulheres jornalistas, a representatividade nos cargos de liderança é baixa, com a maioria ocupada por homens brancos. Seis jornalistas relataram terem sofrido racismo, expressando a convicção de que o jornalismo contribui para perpetuar o racismo. Além disso, cinco jornalistas negras revelaram terem sido vítimas de assédio, tanto verbal quanto moral, enfrentando desafios como pressão estética e limitações quanto ao tipo de roupa que



podem usar no trabalho. E mais, grande parte das empresas e agências de comunicação não abordam as questões de raça e gênero no ambiente de trabalho jornalístico, perpetuando o machismo e o racismo. Isso contribui para a precarização do mercado de trabalho jornalístico no Maranhão, especialmente para as profissionais negras, afetando suas carreiras.

Nos inspiramos na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), aliada a outras matrizes epistêmico-metodológicas para investigar palavras, expressões, experiências que se repetem e se aproximam do cotidiano das jornalistas. Laurence Bardin (1977) destaca três etapas fundamentais para a produção da Análise de Conteúdo, a primeira delas refere-se à pré-análise: momento em que é realizada uma leitura inicial, flutuante, dos dados, bem como a separação de documentos e a redefinição de objetivos e hipóteses.

Na nossa investigação, essa etapa foi realizada primeiro a partir da etapa de pesquisa da pesquisa quando mergulhamos no tema e nos seus desdobramentos, apontando lacunas e possibilidades de abordagem. Esta etapa foi também acompanhada pela análise e observação dos dados dos questionários, primeiro movimento metodológico desenvolvido na pesquisa – ferramenta importante para que pudéssemos nos aproximar dos perfis e das realidades concretas das jornalistas (SOUSA; SOUSA; NASCIMENTO, 2022). Foi a partir dos questionários que fizemos, a decisão pelas cidades de São Luís e Imperatriz como foco de análise, e que também definimos elementos fundamentais para estruturar o roteiro de entrevistas.

Após a realização das entrevistas e também da decupagem das mesmas, partimos para a exploração do material e o tratamento dos resultados, segunda e terceira etapas da análise de conteúdo de Bardin (1977). Ao analisar temas expressos nos relatos das jornalistas, fomos unindo palavras e expressões que se repetiam, experiências que se aproximavam, realidades que se entrecruzaram. Assim, fizemos o rascunho das categorias e interpretamos as nuances dos depoimentos orais das profissionais: emoções, questionamentos, exclamações, enfrentamentos, denúncias, estratégias de sobrevivência.

O quadro abaixo traz um compilado das palavras que mais se repetiram nesses depoimentos, bem como as categorias construídas com base nesses dados:

Quadro 3: Palavras repetidas e eixos de análise

Palavras/ expressões repetidas	Eixos de análise
Estética/ regulações do corpo	Nuances do colorismo



Cargos de chefia/ colegas homens	Cargos de poder masculinos
Identificação, reagir	Piadas x nomeação do assédio
Assessoria de comunicação	Entraves para diversidade nos veículos

Fonte: elaborado pelas as autoras, 2024

2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Num primeiro momento, identificamos a repetição da palavra "assédio" como um entrave, um desafio diário para jornalistas mulheres no desenvolvimento da função, o que se aproxima, inclusive, de pesquisas que já levantam a questão em relação às redações em Imperatriz (AMORIM; BUENO, 2023). No entanto, ao nos aprofundarmos nos relatos das jornalistas, percebemos que a raça é um marcador social que também confere diferenças fundamentais na tipificação do assédio. Nos depoimentos das jornalistas percebemos que muitos assediadores se sentem "autorizados" a fazer "piadas" machistas, a realizar "cantadas", inclusive quando as mesmas estão em trabalho e a comentar e julgar os corpos e cabelos das profissionais. Assim como também a "invadir" os corpos das profissionais com toques indesejados e não permitidos. Nessa direção, entendemos que o assédio é uma violência experienciada de forma parecida ainda que as profissionais apresentem ocupações e postos diferentes de trabalho.

A tipificação do assédio, através do que se percebe nos relatos das jornalistas, está também ligada ao colorismo - quanto mais clara a pele da mulher, mais esta pode ser vítima de assédio sexual. Já as jornalistas negras de pele retinta, relatam o assédio moral, as piadas e a violência verbal como predominantes.

Os depoimentos das jornalistas permitiram identificar que não só o tema assédio, mas como as múltiplas nuances que o acompanham são refletidas a partir de outras experiências de violência contra mulheres negras, sobretudo no tocante à lógica da "discussão sobre a forma como é construída como 'Outra descartável'" (KILOMBA, 2019, p. 216), uma ideia discutida pela autora no sentido de refletir sobre como mulheres negras têm seus corpos constantemente invadidos, desrespeitados e violentados. As experiências expressas nas falas das jornalistas indicam que além de vivências parecidas em torno das violências, as profissionais também constroem mecanismos muito potentes para o enfrentamento. Inclusive, o apoio de outras profissionais negras é mencionado como importante nesse processo.

As percepções das jornalistas sobre o assédio nos aproximam da dimensão teórico-metodológica das escrituras (EVARISTO, 2017). Termo e conceito



cunhados por Conceição Evaristo (2005) como forma de reivindicar o lugar de construção de saber-poder através das vivências e experiências. A autora aborda o protagonismo de mulheres negras na construção de conhecimento a partir do desenvolvimento e da visibilização de suas próprias experiências, sejam elas coletivas ou individuais. Neste texto, cremos que a escrita das jornalistas é transposta nos relatos, nos enfrentamentos diários, nas alianças que essas profissionais constroem para se fortalecerem diante dos entraves e das violências operadas pelo mercado de trabalho. Ainda que partilhem de realidades territoriais distintas, as experiências dessas jornalistas se cruzam ao identificar as múltiplas nuances do assédio que também se diferenciam e atualizam na intersecção da raça e do gênero.

O assédio é uma prática que parece estar relacionada diretamente ao gênero e aos padrões criados para as mulheres: há a imposição de um código de vestimenta que está relacionado a uma ideia de maior ou menor respeitabilidade e legitimidade. Também a desautorização, as piadas, os julgamentos que são corriqueiros nas redações e indicam que o corpo e a postura das profissionais são constantemente colocados à prova, vigiados e controlados pelas vozes masculinas. Nos estudos desenvolvidos por Márcia Veiga (2012) a pesquisadora comenta sobre como a própria narrativa jornalística atua construindo modelos e diretrizes sobre o que seria “um homem” e uma “mulher ideal” baseado nas construções históricas e sociais sobre o gênero.

A autora destaca, ainda, que nas redações as relações são pautadas em atributos relacionados ao gênero e que características como atividade, força, coragem, seriedade “são construídas como qualidades masculinas” (VEIGA, 2012, p. 496). Esses, segundo a autora, são atributos muito “valorizados” na rotina jornalística, o que é utilizado para legitimar as hierarquias que situam os homens nos cargos de maior poder e prestígio.

Algumas entrevistadas relataram que o assédio, partindo de fontes, é feito principalmente por homens, que muitas vezes utilizam o número de contato e até mesmo as redes sociais das jornalistas para assediá-las e constrangê-las. Podemos entender que “o assédio verbal, (...) ocorre quando alguém expõe dizeres desagradáveis, invasivos ou ameaçadores à vítima. Até mesmo cantada, quando deixa a vítima encabulada, é um assédio verbal” (CAMPAGNA; KUTZKE, 2019, p. 42). Ao utilizar o número de contato ou as redes sociais das jornalistas para assediá-las, os agressores invadem a privacidade das vítimas e transgridem seus limites, criando



um ambiente hostil e ameaçador. Esse tipo de assédio verbal visa constranger e intimidar as jornalistas, prejudicando, até mesmo, a sua capacidade de exercerem sua profissão de forma livre e segura.

Já ouvi dos mais variados tipos de coisa até o tipo de receber uma mensagem, na época no Facebook: “Oi, tudo bem?”. Nossa, você é muito linda. Gostei de você”. Isso foi de um cara que eu estava assessorando. “Quería saber que dia você tem uma noite livre para a gente sair”. Coisas desse tipo (J1, 2022)⁵.

E, apesar de muitas entenderem e tentarem limitar o contato com fontes que têm essa atitude, às vezes, o assédio passa despercebido, porque existem situações que as jornalistas não conseguem identificar ou entender no momento em que estão acontecendo.

(...) Muitas vezes a gente passa por situações que nem a gente consegue identificar. E às vezes consegue identificar quando acontece com um colega. Às vezes pode ter acontecido com a gente e não soubemos como reagir e ter uma resposta. É como se não houvesse uma certeza do que aconteceu. (J5, 2022).

Isso decorre da naturalização do assédio na sociedade, em que o desconhecimento do tema e a violência enraizada, possibilitam que as “piadas”, gestos e comentários passem ilesos do conhecimento da jornalista. E segundo os relatos das jornalistas, embora não exista um código de vestimenta oficial nas redações, muitas delas enfrentam desconforto ao optar por vestidos ou roupas com decotes. O temor de serem alvo de assédio, bem como a preocupação com a percepção e a credibilidade profissional, podem levar essas profissionais a adotarem uma vestimenta mais “conservadora”.

Eu já trabalhei na [...] e aí você tem que andar bem arrumada, alinhada e tal. Eu nunca gostei de usar short e saia para não dar abertura, sabe. Então, essa questão eu sempre tive muito cuidado de como andar, de como me vestir e acabo me cobrindo bastante (J9, 2022).

Essa situação reflete a complexidade das relações entre o ambiente de trabalho e as questões de gênero. O receio de serem vítimas de assédio pode inibir a expressão pessoal e afetar a autoconfiança das jornalistas em seu desempenho profissional. Além disso, o estigma associado a roupas consideradas “mais

⁵ Neste texto utilizamos apenas a inicial “J” para nos referirmos às jornalistas, seguida de numeral. O objetivo é preservar as identidades das profissionais e os seus relatos pessoais.



reveladoras” perpetua estereótipos de gênero, sugerindo que a aparência influencia a capacidade e o comprometimento no trabalho.

Segundo Oliveira (*et al.*, 2017, p. 33), o assédio no ambiente de trabalho pode se manifestar de diversas formas, sendo uma delas o assédio moral horizontal, que se caracteriza “por uma situação em que um ou mais colegas agridem o semelhante, na tentativa de rechaçar os diferentes do grupo ou mesmo pelo desejo ter o que o outro possui”. Esse tipo de assédio pode ser motivado por questões pessoais ou porque alguns membros do grupo de trabalho não aceitam as normas acordadas pelo coletivo. E essa situação se agrava quando o outro a ser atacado é uma profissional mulher, porém muitas das denúncias feitas não são tratadas como devem ser.

Sofri assédio de um colega de trabalho, denunciei e falei para o meu chefe que eu não queria mais trabalhar com ele. E esperava que a agência não contratasse mais ele, porque era um *freela* terceirizado. Passou três meses, ele tinha voltado a trabalhar normalmente para a agência, só não trabalhava mais diretamente comigo. Mas ele estava trabalhando mesmo sabendo que tinha assediado uma funcionária (J3, 2022).

No entanto, é importante reconhecer que os chefes desempenham um papel no assédio enfrentado por essas profissionais. Eles muitas vezes exercem pressão, humilham e proferem agressões verbais, criando um ambiente tóxico e hostil que torna ainda mais difícil para as mulheres lidar com a situação.

O [...] era extremamente grosso, ele gritava com a gente. Tentávamos fazer uma coisa e ele não queria daquele jeito, ainda que a forma que ele quisesse era extremamente errada para a instituição. Ele tinha umas piadas muito sexistas e todos os associados de lá vinham em cima da gente por ser mulher. Então, foi o pior ambiente que eu trabalhei, porque muito do trabalho se tornava uma tortura pela pressão que o presidente exercia em cima da gente (J6, 2022).

Os relatos também se aproximam no sentido de identificarmos as lógicas que estruturam o racismo e que também podem ser identificadas na “passabilidade” que o colorismo oferece. As mulheres negras de pele clara relatam mais o processo de regulação estética que está presente na dinâmica de assumir determinado estilo de cabelo, um modelo de postura, um determinado tipo de vestimenta. Elas relatam a exposição maior ao assédio sexual, identificado através da sexualização intensa de seus corpos. Na compreensão de Djokic (2015), o colorismo

[...] funciona como um sistema de favores, no qual a branquitude permite a presença de sujeitos negros com identificação maior de traços físicos mais próximos do europeu, mas não os eleva ao mesmo



patamar dos brancos, ela tolera esses "intrusos", nos quais ela pode reconhecer-se em parte, e em cujo ato de imitar ela pode também reconhecer o domínio do seu ideal de humano no outro (DJOKIC, 2015, p. 02).

O que é problematizado pelas jornalistas de São Luís e Imperatriz em relação às pressões estéticas vivenciadas no mercado de trabalho vai ao encontro do que é teorizado por Collins (2019, p. 186) quando defende que a mídia, as escolas, as agências de governo e, como acrescentamos, o mercado de trabalho, “reproduzem as imagens de controle da condição de mulher negra”. Essas imagens, carregadas de estigmas e preconceitos naturalizados no imaginário social sobre a mulher negra, as invisibilizam como humanas e produzem complexos sistemas de opressão (COLLINS, 2019, p. 186).

Em pesquisa realizada pela revista *Social Psychological and Personality Science*, da Universidade de Duke, nos Estados Unidos, foi constatado que mulheres com cabelo crespo ou tranças afro são percebidas por recrutadores como “menos profissionais” que as mulheres com cabelos alisados. Para a pesquisa, mulheres negras e com cabelo crespo têm menos chances de serem contratadas, principalmente se nos postos de trabalho prevalece a suposta cultura da “aparência tradicional” (ROCHA, 2020, online, n/p).

No caso do que identificamos na pesquisa e nos relatos das jornalistas, a cobrança estética - de assumir uma estética considerada "padrão" e "aceitável" construída a partir de referentes da branquitude - é mais uma das múltiplas violências que as mulheres negras vivenciam e que configuram entraves para que possam se reconhecer e se identificar como pertencentes ao mercado de trabalho.

Podemos, através dos exemplos discutidos, refletir que o assédio, em relação às profissionais negras, precisa ser compreendido dentro de um contexto mais amplo e também interseccional (CRENSHAW, 2002), pois ele apresenta nuances que também estão atreladas diretamente ao racismo e ao colorismo, por exemplo. Ainda que as profissionais negras de pele clara relatem violências que podem ser medidas em escalas menores das vivenciadas pelas profissionais negras de pele escura, não significa que sejam consideradas em espaços de poder como autônomas ou que detenham “mérito” para ocupar determinados espaços. Há ainda, em grande ou pequena escala, a retirada da autonomia de mulheres negras e a classificação de



seus corpos e existências como “descartáveis” (KILOMBA, 2019) e como “foras” do lugar.

Para além do assédio, levantamos informações sobre outros aspectos que atravessam o cotidiano profissional destes jornalistas. Por exemplo, apesar das mulheres ocuparem um grande espaço nas empresas jornalísticas, pouquíssimas já ocuparam algum cargo de chefia. E quando questionadas se já foram chefiadas por alguma mulher negra, o resultado é menor ainda (41,7%). Considerando que nove jornalistas afirmaram ter ocupado cargo de chefia, podemos observar que a maioria enfrentou desafios em suas posições de liderança. Das nove, seis afirmaram terem sido desautorizadas no exercício da função, o que sugere que suas decisões ou autoridade foram questionadas ou ignoradas por seus subordinados ou superiores.

Quando eu entrei, a gente fazia muitas reuniões *online* e já era difícil para falar. No presencial era pior ainda, porque eles olham para sua cara e faziam de conta que você não estava nem falando. Puxam um outro assunto, começam a falar com outra pessoa. Às vezes é uma simples relação de cumprimento (J5, 2022).

A resistência e o questionamento direcionados a essas lideranças podem ser reflexo de preconceitos enraizados e estereótipos de gênero e raça que permeiam a sociedade e, infelizmente, também estão presentes no ambiente de trabalho. O relato da entrevistada também ressalta a existência de discriminação e falta de respeito no âmbito das reuniões e interações, evidenciando como essas práticas podem criar um ambiente hostil e desfavorável para a atuação das jornalistas. Ao ignorar suas falas e desviar o foco da discussão, a credibilidade e voz dessas lideranças são enfraquecidas, afetando sua capacidade de conduzir o trabalho de maneira efetiva.

Além disso, quatro jornalistas disseram que necessitaram se impor mais como chefes. Por fim, duas jornalistas relataram terem sido questionadas sobre sua capacidade de liderança, mesmo possuindo a formação necessária para a posição. Processos sistemáticos de invisibilização e de esquecimento são construídos acerca da existência das mulheres negras, sobre seu potencial político, econômico, social e na construção do saber. A dominação e a opressão sistemática e interseccional (CRENSHAW, 2002) não só silencia essas mulheres, mas também as exclui de direitos básicos de cidadania, principalmente de serem compreendidas como sujeitas-cidadãs e de ocuparem determinados postos no mercado de trabalho, sobretudo os de maior prestígio (CARNEIRO, 2019).



O assédio verbal foi relatado pela maioria das entrevistadas. E com base nas entrevistas, é possível perceber que esse tipo de assédio se expressa por meio de comentários inadequados feitos em ambientes de trabalho ocupados majoritariamente por chefias brancas e masculinas que se sente autorizadas a fazerem piadas sobre a aparência de jornalistas negras.

Lembro de uma vez de estar em uma reunião com outros colegas homens e o meu chefe. A reunião era para tratar sobre o vídeo, eu era a única mulher. E aí meu chefe simplesmente parou o que estava conversando, virou para mim e falou assim: “Ei, tenho uma coisa para te avisar”. Eu falei: “O que foi?”. “Tu tá engordando, hein? Toma cuidado”. Eu não tive o que falar (J7, 2022).

Esses comentários são recorrentemente disfarçados como “piadas” e “brincadeiras” e costumam se referir a detalhes da aparência física, como o peso, configurando o que Grada Kilomba (2019, p. 216) classifica como “a Outra descartável”. Prática em que, os corpos de pessoas negras são invadidos como se fosse algo descartável, sem autonomia. Percebemos a lógica na fala das jornalistas quando apontam que por serem mulheres negras sofrem mais comentários com “piadas” depreciativas sobre seus corpos e cabelos, em comparação com as jornalistas brancas. Uma outra nuance de tais comentários podem ser refletida a partir do que Adilson Moreira (2019, p. 98) criou o termo “racismo recreativo” para explicar como os meios de comunicação, especialmente a televisão, historicamente construíram imagens marginalizantes sobre a população negra. Essas imagens foram sendo propagadas sob o viés do “humor” depreciativo. Nessas narrativas, as mulheres são representadas na maior parte das vezes a partir dos signos da sexualização e da infantilização (MOREIRA, 2019, p. 98).

As reflexões sobre as formas de assédio e desvalorização das profissionais ganham ainda mais gravidade quando se considera a ausência de um canal efetivo ou uma política rigorosa de combate a essas práticas dentro das empresas. A ausência de um canal adequado para denúncias e a falta de uma política clara de combate ao assédio e à discriminação criam um ambiente propício para a perpetuação dessas práticas nocivas. Isso significa que as jornalistas que enfrentam assédio ou desvalorização podem se sentir desprotegidas, com receio de falar sobre o que estão vivenciando.

Apesar da recorrência apontada (...), apenas 15% das mulheres contaram que já denunciaram situações de assédio moral ou sexual. Fator que pode estar relacionado a outro problema: conforme o



levantamento, as empresas não têm canal de denúncia e quando tem não são considerados eficazes (AMORIM; BUENO, 2019, p. 158).

As respostas das jornalistas mostram que, além de não se sentirem valorizadas ou reconhecidas em suas funções, as profissionais ainda enfrentam violências discursivas e simbólicas em redações que negam a existência do racismo estrutural e reproduzem ideais meritocráticas. As agressões desse tipo, dirigidas às mulheres no contexto laboral, as impactam negativamente.

Além disso, muitas profissionais são únicas ou uma das poucas jornalistas negras em determinadas redações, o que pode gerar um sentimento de desamparo e insegurança. A solidão enfrentada por essas profissionais em ambientes predominantemente brancos pode ser uma barreira para seu desenvolvimento profissional, limitando seu acesso a redes de apoio e oportunidades de crescimento. Essa situação também pode levar a um sentimento de injustiça, pois a falta de diversidade nas redações reflete a persistência de estruturas hierárquicas que dificultam a ascensão de profissionais negras em suas carreiras.

Geralmente interno, não tem nada voltado para isso, mas entre funcionários fala-se dessa questão de inclusão, de se preocupar com quem tá passando para os clientes, que a gente tem que incluir nos materiais. Mas internamente, não tem abertura. Talvez ninguém manifestou interesse de levar pautas assim para gerar projetos internos (J6, 2022).

Isso sugere que, embora existam algumas chefias que apoiem a necessidade de abordar tais temas, ainda há um longo caminho a percorrer na busca por equidade dentro das redações. Os relatos das jornalistas revelam que aspectos relacionados ao gênero e à raça podem estar diretamente ligados à precarização do mercado de trabalho no jornalismo do Maranhão. Apontando que altas cargas de trabalho, não recebimento do piso salarial, cobranças excessivas que não condizem com o cargo, e salários inferiores aos dos homens na mesma função, são alguns dos elementos que demonstram a insatisfação com as condições de trabalho oferecidas pelo mercado local.

Além disso, esses fatores são importantes para a descontinuidade na carreira do jornalismo - uma realidade que afeta de forma mais violenta as profissionais negras, como evidenciado pelos dados da pesquisa.

Já atuei em assessoria de comunicação e atualmente exerço a função de mestre de cerimônias. Não tô atuando diretamente com jornalismo há uns quatro anos. Já tentei algumas vezes participar de emissoras



de TV e tudo, mas não foram bem sucedidas, né? Acabei atuando no caminho da assessoria de comunicação (J4, 2022).

Essa trajetória pessoal comprova que as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras no campo do jornalismo são reais e impactantes. A falta de oportunidades equitativas, combinada com a persistência do assédio e da desvalorização, cria um ambiente desfavorável para o desenvolvimento e o avanço profissional dessas mulheres. A pesquisa revela que elas estão sujeitas a uma dupla discriminação, enfrentando não apenas os obstáculos comuns da profissão, mas também os efeitos prejudiciais do viés racial.

Problematizar a interseccionalidade de opressões ajuda a construir teorizações que levem em consideração diferentes contextos e processos múltiplos e indissociáveis de discriminação sofridos por mulheres negras, brasileiras, nordestinas e profissionais do Maranhão.

A configuração familiar e a percepção/experiência/vivência da condição de ser mulher negra também precisam trazer para o debate os efeitos cotidianos da colonialidade, das políticas capitalistas e racistas, do desemprego estrutural e das desigualdades regionais e territoriais (AKOTIRENE, 2019), entre outros elementos contextuais da vida, da formação política e das oportunidades e entraves que as mulheres negras enfrentam durante toda uma vida para exercer suas profissões e avançar nas carreiras escolhidas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto foi produzido com o objetivo de identificar as assimetrias de raça e gênero no cotidiano das redações jornalísticas do estado do Maranhão, com foco no assédio sofrido pelas profissionais. As informações foram obtidas por meio de questionários e entrevistas em profundidade, com jornalistas de São Luís e Imperatriz. Os dados mapeados a partir dos questionários indicaram que a maioria das jornalistas são jovens, com poucos anos de atuação na área e com alta carga horária de trabalho semanal, ocupando predominantemente cargos de prestação de serviços. Os dados também apontaram que, mesmo que o jornalismo local seja exercido majoritariamente por mulheres, são os homens brancos que ocupam a maioria dos cargos de poder e de chefia imediata, configurando uma desigualdade estrutural que coloca as mulheres e principalmente as profissionais negras em situação de maior desvantagem profissional.



Há, ainda, um aspecto relacionado à divisão sexual do trabalho, que pode ser identificado no mercado de trabalho de jornalismo no Maranhão, onde as mulheres se encontram, na maioria, situadas em cargos de Assessoria de Imprensa. Ainda que pesquisas nacionais sobre o perfil dos jornalistas brasileiros (LIMA *et al*, 2022), e os dados da pesquisa realizada em São Luís e Imperatriz apontam que o jornalismo é majoritariamente exercido por mulheres, os cargos de maior poder e prestígio são ocupados por homens, em muitos casos sem possuir qualificação na área para exercer tais postos de trabalho. Tal realidade nos sinaliza que o machismo estrutura não só as relações entre os gêneros, mas também a lógica de ocupação de cargos no mercado de trabalho.

Assim, concordamos com o que defendem Veloso, Albuquerque e Mesquita (2019, p. 153) quando discutem que a presença de muitas mulheres no jornalismo não significa equidade profissional. Faz-se necessário que essas mulheres estejam ocupando cargos de gestão para que haja a possibilidade de “pluralidade de olhares e posições sobre os fatos sociais”, além de uma possível mudança estrutural das empresas de mídia no tocante aos formatos e narrativas. As pesquisadoras Lima, Santos e Tavares (2019) também apontam para a necessidade de que as mulheres possam ocupar cargos de maior prestígio e de poder de decisão para que finalmente consigam mover as estruturas machistas do mercado de trabalho jornalístico.

Ao analisarem aspectos relacionados às assimetrias de gênero no jornalismo nas cidades de Balsas e Imperatriz, interior do Maranhão, as autoras identificam que mesmo sendo maioria no mercado local, as jornalistas não conseguem enfrentar os abismos mercadológicos, muito menos se sentem protegidas/seguras para pautar assuntos relacionados à raça e ao gênero na sociedade.

O assédio verbal, a falta de apoio das empresas na denúncia de práticas discriminatórias e a ausência de políticas eficazes de combate ao assédio, contribuem para um ambiente de trabalho hostil e desfavorável. Além disso, as jornalistas negras enfrentam obstáculos adicionais devido à intersecção de gênero e raça, com comentários depreciativos sobre sua aparência física, a pressão para adotar uma vestimenta mais “conservadora” e a dificuldade de ascensão nas hierarquias das redações. Isso cria um sentimento de desamparo e insegurança, uma vez que enfrentar esses desafios solitariamente pode ser esmagador. A maternidade também se torna uma “face” do assédio, limitando as oportunidades de carreira e criando um dilema entre trabalho e vida pessoal.



É alarmante constatar que, apesar das experiências compartilhadas, apenas uma minoria das jornalistas denunciou situações de assédio moral ou sexual, muitas vezes devido à falta de canais eficazes de denúncia nas empresas jornalísticas. A ausência de políticas claras de combate ao assédio e à discriminação contribui para a perpetuação dessas práticas prejudiciais e cria um ambiente onde as profissionais podem se sentir desprotegidas. É necessário que as empresas jornalísticas reconheçam a gravidade desses problemas e adotem medidas eficazes para combater o assédio, promover a igualdade de gênero e raça, e criar um ambiente inclusivo e respeitoso para todas as suas profissionais.

Embora os dados apontados neste texto reforcem estudos nacionais sobre as disparidades de gênero e as dificuldades enfrentadas por mulheres jornalistas no exercício da profissão, precisamos pontuar as estratégias desenvolvidas por jornalistas negras para resistir cotidianamente num mercado que é ainda mais difícil para elas. A leitura, a conscientização e o diálogo/união com outras profissionais negras são algumas das táticas produzidas para lidar com os abismos que funcionam como entraves para o desenvolvimento da carreira. A busca por pautar e contar novas histórias sobre a população negra é uma das lutas diárias das profissionais.

A reafirmação identitária através do embate às tentativas de embranquecimento estético operadas pelas empresas também é uma importante ação desenvolvida pelas jornalistas. Além disso, muitas profissionais têm buscado caminhos outros como a criação de empresas próprias, a especialização em áreas ainda não tão saturadas, e a inserção de agendas com discussões e reflexões sobre gênero e raça, racismo e exclusões sociais.

Ainda que as jornalistas negras do Maranhão estejam constantemente desenvolvendo caminhos para driblar e se blindar das violências do mercado, o racismo ainda é um elemento estruturante do jornalismo e o exercício da profissão se torna ainda mais difícil para elas, principalmente pelos baixos salários, as desvantagens na carreira em comparação com profissionais brancas e homens brancos e o assédio constante. Esse texto busca chamar atenção para ações que precisam ser desempenhadas com urgência pela sociedade em especial as empresas de jornalismo para o enfrentamento e a erradicação do racismo, o sexismo e o machismo no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS



AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMORIM, Janaina Lopes de; BUENO, Thaisa. **Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil**. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 153-170, Jul/Dez, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/download/14715/209209212698/209209222382>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 37, dezembro de 2008.

CAMPAGNA, T. G.; KUTZKE, L. P. Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral. **Paradoxos**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 38–52, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/paradoxos/article/view/50618>. Acesso em: 8 abr. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. Edição do Kindle.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. Edição do Kindle.

DJOKIC, Aline. 26/02/2015. Colorismo - o que é, como funciona. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>. Acessado em 18/11/2020.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **ESTUDOS FEMINISTAS** 171 1/2002.
COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 2., n. 27., jun. 2019. Universidade do Estado de Minas Gerais, Minas Gerais. 1-14 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CX9nYFhxxhJZXYqcgXcDNBQS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 de jul. 2023.



LIMA, S.P. *et al.* (Coord.). **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho.** Florianópolis: Quorum Comunicação, 2022.

LIMA, D. S.; SANTOS, W. O.; TAVARES, C. Q. Relações de gênero na rotina de trabalho de mulheres jornalistas: um estudo de Imperatriz e Balsas, no Maranhão. **Âncora: Revista Latino-Americana de Jornalismo**, on-line, v. 6, n. 2, p. 300-321, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2019v6n2.49585>.

MATEOS, Jéssica de Oliveira Collado. O jornalismo contemporâneo e a mulher jornalista: um estudo sobre gênero dentro da profissão no Estado de São Paulo. 2019. **Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)** - Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019, 208p. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1847/2/Jessica%20de%20Oliveira%20Collado2.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

MAZOTTE, Natália; TOSTE, Verônica (Coords.). **Mulheres no Jornalismo Brasileiro.** Brasil: ABRAJI/Gênero e Número, 2019. Disponível em <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em 8 de abril de 2023.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** 1.ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

OLIVEIRA, Renato Tocchetto de; *et al.* **Assédio moral no trabalho: fundamentos e ações.** Florianópolis, SC: Lagoa, 2017, 400 p. Disponível em: <https://neppot.paginas.ufsc.br/files/2017/02/Livro-Assedio-Moral-Miolo-2018-nv.pdf>. Acesso em: 05 de set. 2023.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção do conhecimento em Psicologia Social. In: **Psicologia Social.** Vol. 17. N. 39. Pp. 203-219. Mai-ago. 2017.

SOUSA, L. L.; SOUSA, N. N.; NASCIMENTO, S. S. S. Assimetrias de raça e gênero no exercício do jornalismo no Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2022, Fortaleza. **Anais eletrônicos.** Campinas: Galoá, 2022. p. 1-17. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/assimetrias-de-raca-e-genero-no-exercicio-do-jornalismo-no-maranhao?lang=pt-br>. Acesso em: 22 maio 2024.

VEIGA, M. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 2, p. 490-505, jul.-dez. 2012.

VELOSO, A; ALBUQUERQUE, R.; MESQUITA, G. A reprodução da divisão sexual de trabalho nos grupos de mídia: breve análise da situação profissional das mulheres no jornalismo. **Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 6, n. 2, p. 133-159, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2019v6n2.49577>.

ROCHA, Igor. 10/09/2020. **Mulheres de cabelo crespo têm menos chance de contratação, revela estudo.** Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/mulheres-de->



cabelo-crespo-tem-menos-chance-de-contratacao-revela-estudo. Acessado em:
10/09/2020. Às 17h07.